

Hoje em Dia (BH)
16 de agosto de 2017

HORIZONTES

16 AGO 17 / QUARTA
FEIROS

ACOMPANHE HOJEEMDIA.COM.BR/HORIZONTES

EDITOR: RENATO FONSECA
rfonseca@hojeemdia.com.br

JUIZES ACUADOS

AMEAÇADOS DE MORTE, MAGISTRADOS MINEIROS TÊM ESCOLTA POLICIAL 24 HORAS POR DIA

TATIANA LAGOA

tlagoa@hojeemdia.com.br

Anta para a servista pela janela. Exercícios físicos, visitas a parentes até refeições se tornam atividades acompanhadas por policiais armados. A rotina, semelhante a de um bandido atrás das grades, é vivida, na verdade, por magistrados ameaçados de morte. Nos últimos 12 meses, 13 juizes mineiros precisaram de escolta 24 horas por dia e, mesmo agindo conforme a lei, se tornaram prisioneiros nas próprias residências.

Não bastasse a proteção em tempo integral, mais de uma dezena de magistrados são monitorados, atualmente, pela assessoria militar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM) e podem necessitar da escolta a qualquer momento.

ROTINA SUFOCADA

Conhecida por ter presidido o julgamento do caso da morte de Elza Sarmiento, entre eles o goleiro Bruno Fernandes, a juíza Mariza Rodrigues foi escolhada durante um ano e meio por conta de ameaças recebidas. Amagistrada evita dizer se as intimidações têm relação com o caso. "Eles foram presos em

2010 e começou a ser escoltada em 2011. Eu me sentia totalmente sufocada porque ficava com policiais o tempo todo". Mariza deixou de fazer tudo o que gostava, como caminhar e ir a shows, restaurantes, academia e salão de beleza. A vida dela era 12 de casa para o trabalho, e vice-versa. Até o sítio da família, onde costumava ir, ficou abandonado. "Era uma neura tão grande de segurança que parei de ir. Segundo eles, no local eu estava mais vulnerável", relembra.

Na porta da casa da juíza,

"Fiquei isolada, presa, desprovida de intimidade. Parei de frequentar ambientes que não eram forenses. Mas não me arrependi da escolha da minha profissão. Encarei como um desafio"

MARIZA RODRIGUES, juíza



INTIMIDAÇÕES — A juíza Mariza foi forçada a mudar a rotina por conta de ameaças. Em 2011, ela era acompanhada por segurança o tempo inteiro

za, uma viatura em tempo integral. Quando Mariza estava no tribunal, lá também se encontravam os policiais. Em dias de alerta, Mariza levava o filho para a escola com dois agentes no mesmo carro, seguido por uma viatura. A operação assegurava os pais dos outros alunos. "Passei a evitar levá-lo na escola. Os homens armados chamavam a atenção", conta.

VARIAVEL

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2016, apontavam 13 magistrados em situação de risco no Brasil. Na época, eram três em Minas. Mas os números mudam rapidamente, frisa o chefe da assessoria militar do TJMG, coronel Fabiano Villas Boas. Atualmente, segundo ele, dois juizes estão sendo escoltados no Estado.

Intimidações afetam magistrados de todas as comarcas

Ameaças a juizes são situações comuns em todas as comarcas do Estado. Além dos casos mais graves a companhia do TJMG, outros inúmeros magistrados sofrem, diariamente, pressões psicológicas feitas por condenados e familiares dos presos. Avaliada como ônus da escolha da profissão, essas histórias, muitas vezes, não são denunciadas e passam alheias às estatísticas. "O enfrentamento a nós magistrados tem sido maior por causa do crescimento das organizações criminosas", afirma o juiz da Vara de Execuções Criminais de Con-

tagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Wagner Cavaleri, que também é integrante do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Segundo ele, a sensação de insegurança afeta praticamente toda a categoria. Porém, tende a ser maior em profissionais que atuam nas comarcas próximas às grandes unidades prisionais ou nas fronteiras do Estado, consideradas áreas mais perigosas. Os juizes criminais são os mais visados, principalmente os que julgam processos relati-

vos ao tráfico de drogas.

DETODAS AS FORMAS

Cavaleri, por exemplo, foi vítima de pelo menos dez ameaças mais graves nos 20 anos em que atua. "No telefone pessoal, em audiência. Inclusive, o serviço de inteligência do TJ já detectou insinuações e planos de atentado contra a minha vida", lembra. No ano passado, ele chegou a ser escoltado durante 40 dias.

Mas a mudança de rotina não é o maior incômodo, afirma o magistrado. Segundo Cavaleri, a falta de compreensão da população é um grande problema. "Esperamos que o Estado nos dê suporte quando passamos por esse tipo de situação. Afinal, estamos nela por causa da sociedade. Mas nem todo mundo entende a necessidade de certos cuidados com juizes em nome da nossa segurança", desabafa.

Cavaleri relembra as críticas feitas por alguns vizinhos quando solicitou a transferência do ponto de ônibus em frente à casa dele. Para o juiz, o espaço permitia a alguém acompanhar a rotina do magistrado. "Por isso pedi que mudassem o ponto, o que foi visto como mera implicância minha".

"Já tive que mudar rotinas, horários, ser escoltado. Mas quando escolhi minha profissão sabia dos riscos. Quando me deparei com essa situação, espero sempre que o Estado me dê um amparo. E sig"

WAGNER CAVALIERI
juiz

"Recebemos ameaças todos os dias. Umas mais graves, outras menos. Mas o objetivo delas é sempre o mesmo: que você deixe o processo em que está trabalhando. Tomo cuidados, mas sig meu trabalho de forma tranquila"

ALAN CARVALHO
juiz da Vara de Execuções Criminais

Vida sem sossego ao combater o crime organizado

Em duas décadas atuando no sistema prisional, Alan Carvalhinho sofreu mais de 100 ameaças. O que não o impediu de continuar trabalhando em alguns momentos mais delicados, como a organização de uma reunião de trabalho em uma das unidades prisionais de Belo Horizonte, em Figueira da Calçada, no bairro de Santa Efigênia.

Profissionais influentes na cidade exercem uma pressão constante. Por isso, a rotina de trabalho de Alan é marcada por medo e preocupação.

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

via. Os crimes chocam a população. No entanto, os casos de violência são comuns. O juiz Alan Carvalhinho, que atua na Vara de Execuções Criminais, sofreu mais de 100 ameaças. O que não o impediu de continuar trabalhando em alguns momentos mais delicados, como a organização de uma reunião de trabalho em uma das unidades prisionais de Belo Horizonte, em Figueira da Calçada, no bairro de Santa Efigênia.

Profissionais influentes na cidade exercem uma pressão constante. Por isso, a rotina de trabalho de Alan é marcada por medo e preocupação.

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

bre o processo, que é a execução. Mas se lembra bem como a rotina de trabalho dele se tornou. Ele trabalha no TJMG, no setor de Execução Penal, e atua em algumas das unidades prisionais de Belo Horizonte, em Figueira da Calçada, no bairro de Santa Efigênia.

Profissionais influentes na cidade exercem uma pressão constante. Por isso, a rotina de trabalho de Alan é marcada por medo e preocupação.

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

ALAN CARVALHO

juiz da Vara de Execuções Criminais

Correio Diário Regional do Sul (SITE)
11 de agosto de 2017

NOTA PÚBLICA
23 de agosto de 2017



Home

Varginha

Região

Brasil

Mundo

Esportes

Entretenimento

Baladas

Guia Comercial

20 mil ações predatórias são usadas para golpes em comarcas de Varginha

Postado por: Guilherme Campos · Em: agosto 11, 2017 · Categoria: Varginha · Sem comentários



A Comarca de Varginha é a que mais tem sido alvo dessas fraudes há cinco anos. Foto: Márcio Borges / Varginha Online

Uma verdadeira fábrica de fraudes invade as varas civis do interior de Minas Gerais e de São Paulo em busca de ganhos ilícitos por meio de ações predatórias. Advogados inescrupulosos fabricam demandas com documentos falsos e, na maioria das vezes, sem o conhecimento das partes a quem dizem representar, para dar golpes milionários.

Depois de serem flagrados em Varginha, alguns deles migraram para cidades vizinhas do Sul de Minas, do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro e até de São Paulo, como Campinas e Ribeirão Preto. Três advogados estão presos em Bom Sucesso, acusados de apropriação indébita, falsidade ideológica e de documento. Os crimes estavam sendo praticados desde 2014, em Bom Sucesso e região, e foram desbaratados após investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaacco), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

O modus operandi é quase sempre o mesmo. Com informações privilegiadas, levantam dados de pessoas com o nome negativado em órgãos de restrição (SPC/Serasa) e, aproveitando-se da ingenuidade e da falta de instrução delas, as aliciam como clientes, para aplicar os golpes. Ao constatar que havia irregularidades na negativação dos nomes, entravam com ações judiciais. Porém, quando recebiam a indenização não a repassavam às pessoas de direito.

A Comarca de Varginha é a que mais tem sido alvo dessas fraudes há cinco anos. Cerca de 20 mil ações abarrotaram a comarca, inviabilizando seu funcionamento. Apesar do arquivamento de milhares, ainda hoje, apenas na 3ª Vara Cível dessa comarca, oito mil ações repetitivas travam a tramitação regular.

"Aqui em Varginha, as varas civis ficaram abarrotadas desses processos. Eles ingressam com várias ações, às vezes, mais de 15, 20, 30 de uma vez só de uma mesma pessoa, abusando do direito de ação e inviabilizando a comarca", constatou a juíza Adriana Barbosa, titular da 3ª Vara e diretora da Seccional da Amagis na Comarca.

De acordo com a magistrada, eles ingressam com ações de vários tipos, se a parte autora tem o nome negativado, pleiteando receber honorários ao final. "A prática é exatamente essa, de uma negativação, eles multiplicam cinco, seis ações sobre o mesmo tema em vez de uma só", disse a juíza, confirmando que só um advogado tem 10 mil ações. "O acervo fica muito grande, impedindo a tramitação regular dos demais processos", disse a juíza que também substitui na Comarca de Bom Sucesso.

Segundo servidores da Comarca de Bom Sucesso, alguns advogados chegaram ao ponto de entregar um kit com procuração e declaração para que as partes assinassem e, a partir daí, entravam com inúmeras ações. "Muitas vezes, as partes nem tomam conhecimento das ações". A prática tem sido denunciada ainda em outras cidades do Sul, como em Passos, Elói Mendes, Muzambinho, e da Grande BH.

Antes da entrada em vigência do INPC, distribuíam inúmeras Cautelares de Exibição de Documentos e fundamentavam como satisfativa. Agora, migraram para Declaratória de Inexistência de Débito, com pedido de tutela de urgência para que os documentos fossem exibidos. "O entendimento jurisprudencial consolidado favorece esse tipo de fraude já que restou sumulado que a simples comprovação de inscrição indevida é suficiente para dar ensejo à condenação por danos morais", observou a juíza Denise Canedo Pinto, da 1ª Vara Cível de Passos.

Suspeita

Há casos de advogados que contratam pessoas para angariar clientes. Os alvos são os negativados. A partir daí, surgiram duas situações: uma, abordagem às pessoas negativadas; a outra, as pessoas eram atraídas pelos comparsas, que repassavam os documentos para formalização da procuração. De acordo com outra juíza de Passos, Patrícia Maria Oliveira Leite, da 3ª Vara Cível, mais de três mil ações tramitam ali.

"A quantidade de ações propostas chamou a atenção e revelou que não havia outro intuito senão o de fabricar honorários de advogados. Acredito que haja uma quadrilha agindo nesse sentido. No princípio, achamos que queriam apenas sufoicar o Judiciário. Depois, achamos estranho o fato de centenas de pessoas procurarem o mesmo advogado para o mesmo tipo de ação", disse a juíza Patrícia, desconfiando, então, de falsificações de documentos.

"Pra minha surpresa, comecei a chamar os autores das ações e eles não apareciam. Quem veio declarar que jamais tinha outorgado procuração para os advogados, que sequer conheciam. Agora, no terceiro momento, esses autores não estão nem vendo a cor do dinheiro. Estão embolsando os honorários como também os valores de eventuais indenizações. Uma parte chegou a reclamar que não recebeu o valor de indenização recebida pelo advogado. A grande maioria é de pessoas simples, que não vai reclamar".

Em resposta a notícias equivocadas sobre pagamentos de vencimentos e direitos de magistrados veiculadas na última semana de agosto na imprensa, a Amagis divulgou nota pública, no dia 23 de agosto, contestando as informações e garantindo a regularidade dos pagamentos feitos aos magistrados, que estão rigorosamente dentro da lei e da Constituição, além de serem inteiramente submetidos ao controle externo do CNJ. Abaixo a nota pública, assinada pelo presidente desembargador Maurício Soares:



Amagis contesta notícias equivocadas sobre subsídios e direitos

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público contestar notícias equivocadas sobre pagamentos de vencimentos e direitos de magistrados e garantir que nenhum deles apresenta irregularidades. Ao contrário, os pagamentos deste mês, como nos outros, foram feitos correta e rigorosamente dentro da lei e da Constituição, além de serem inteiramente submetidos ao controle externo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Não se pode confundir subsídios (remuneração mensal) com quitação de direitos e benefícios individuais. Além da remuneração mensal, a maioria dos magistrados recebeu, em agosto, valores correspondentes a férias não gozadas e indenizadas e a parte do décimo terceiro-salário adiantada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Outros pagamentos foram acrescidos de verbas indenizatórias referentes a períodos de férias vencidas em anos anteriores e não usufruídas, o que tem respaldo legal e obedece ao princípio da eficiência, continuidade e não interrupção do serviço público. Foram